

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.832 - PR (2018/0256831-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : OI S.A
ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
REBECCA IMENES VIEIRA - RJ210889
RECORRIDO : TAKAHARU AOKAKE
ADVOGADO : JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO - PR034182

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 540-553, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LEGITIMIDADE E INTERESSE DEVIDAMENTE COMPROVADOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 389 DO STJ POR NÃO SE TRATAR DE MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CORRETA CONVERSÃO DE AÇÕES EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA.

CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) A SER APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 371 DO STJ. GRUPAMENTO DE AÇÕES. DO CRITÉRIO DA CONVERSÃO DAS AÇÕES EM INDENIZAÇÃO E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. TERMO FINAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

TERMO INICIAL DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. ENTENDIMENTOS REITERADOS E JÁ PACIFICADOS DESTA CORTE E DE CORTES SUPERIORES.

SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 556-564 e 579-583, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 570-576 e 587-593, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 596-638, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação seguintes artigos:

(i) 1022, II, do CPC/2015, ao argumento de que o Tribunal local é omissor acerca dos seguintes temas: a) ilegitimidade passiva da Telebrás; b) necessidade de observância dos grupamentos de ações; c) critério de conversão das ações em indenização; d) prescrição da pretensão autoral;

(ii) 485, VI, do CPC/2015, na medida em que é manifesta a ilegitimidade passiva da Telebrás;

(iii) 884 e 886 do CC/2002, pois não se reconheceu a influência dos grupamentos acionários no cômputo das ações a serem subscritas;

(iv) 373, I, do CPC/2015, pois não há qualquer prova da relação jurídica acionária entre as partes;

(v) 402 do CC/2002, pois o critério para a conversão das ações deve ser a data do trânsito em julgado;

Contrarrazões às fls. 661-671, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente agravo, uma vez que manifesta a superveniente perda de seu objeto.

1. Com efeito, no dia 16.09.2019, esta Corte Superior deu parcial provimento ao Recurso Especial nº 1781337/PR, manejado pela ora recorrente em desfavor de decisão interlocutória proferida no curso da demanda entabulada entre as presentes partes.

Na oportunidade, reconheceu-se a ausência de interesse de agir da parte autora, em razão da inexistência de prévio o requerimento administrativo do documento cuja exibição é requerida, tampouco do pagamento de pagamento da taxa relativa a tal pedido, nos termos da Súmula 389/STJ.

Como consequência, determinou-se o retorno dos autos à origem, para que a questão acima disposta fosse apreciada à luz da jurisprudência desta Corte.

No ponto, relevante a menção aos seguintes trechos do referido *decisum*:

1. A parte embargante aduz existir omissão na decisão embargada acerca da comprovação do requerimento administrativo, bem como da ausência de exigência por parte da embargada do pagamento dos referidos valores.

Na oportunidade, a decisão ora embargada deu provimento ao recurso especial da parte ora embargada, OI S.A., para julgar extinta a ação cautelar de exibição de documento, sem resolução do mérito, em razão da falta de interesse de agir da parte autora, apresentando a seguinte fundamentação (fls. 260, e-STJ):

"No que se refere ao mérito, razão jurídica assiste à recorrente. Isso porque a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Recurso Especial repetitivo n. 982.133/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22/09/2008, firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que se postula a obtenção de documentos referentes a dados societários, para a caracterização do interesse de agir, é necessário demonstrar a ocorrência de requerimento formal, na via administrativa, bem como o comprovante de pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976), nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS COM DADOS SOCIETÁRIOS. RECUSA. RECURSO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. LEI N. 6.404/1976, ART. 100, § 1º. AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE

RECOLHIMENTO DA "TAXA DE SERVIÇO".

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008.

RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido;

b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976.

II. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

III. Recurso especial não conhecido.

(REsp 982.133/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 22/09/2008).

A matéria, encontra-se inclusive cristalizada no Enunciado Sumular n. 389/STJ, verbis:

A comprovação do pagamento do custo do serviço referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima.

Dessa forma, verifica-se que o acórdão proferido pelo Tribunal a quo está em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal e Justiça firmada sob a sistemática dos recursos repetitivos, de sorte que o recurso especial merece ser provido."

Outrossim, o acórdão proferido pela instância ordinária com relação a existência de pedido administrativo e pagamento de taxa, limita-se a dizer que "É o entendimento desta Câmara de que a leitura e a aplicação desta Súmula devem ser realizados em seu sentido estrito, ou seja, somente aos casos de cautelar de exibição de documentos, de modo que sua incidência fica afastada quando da ação de adimplemento contratual, onde é possível haver a incidental de exibição de documentos, sem os empecilhos sumulares." (fls. 152, e-STJ), - o que impede o julgamento da controvérsia diretamente por esta instância especial.

2. Do exposto, acolhem-se parcialmente os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para, reconsiderando a decisão de fls. 232/234, e-STJ, dar parcial provimento ao recurso especial interposto pela parte OI S.A., determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que se examine se houve exigência do pagamento do custo pelo serviço pela empresa e existência de requerimento administrativo, nos termos acima expostos.

Tal decisão transitou em julgado no dia 15 de outubro de 2019.

Nesse contexto, considerando-se o provimento jurisdicional acima disposto, resta prejudicada a apreciação do presente recurso especial, ante sua superveniente perda do objeto.

2. Do exposto, com fulcro no art. 34, inc. XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente recurso especial, ante a perda superveniente do seu objeto.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator